
IDENTIDADE ÉTNICO/RACIAL NO BRASIL: UMA REFLEXÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Maria Batista Lima¹

RESUMO

A problematização sobre as relações raciais tem se ampliado de forma progressiva na sociedade brasileira nessa última década. Essa problematização envolve tanto as práticas cotidianas dessas relações, os embates e ações políticas, como as construções conceituais a estas relacionadas. Um desses embates teóricos encontra-se na pertinência de uso do conceito de raça ou etnia entre as diferentes descendências populacionais no país. Superado no campo científico a tese da raça, o embate se dá entre os adeptos da sua transmutação em raça social (Guimarães, 1999) e os que defendem o uso do conceito etnia, seja esta articulada às correntes culturalistas ou ligada à perspectiva histórico-político-social, fundamentada na idéia de território como elemento agregador de significado político. Este último enfoque encontra-se fundamentado na idéia de afrodescendência como conjunto de referenciais sócio-históricos e culturais, que remetem às matrizes africanas. Este trabalho apresenta um panorama teórico metodológico sobre os conceitos de identidade étnico-racial, a partir de um histórico dos conceitos de raça, etnia, afrodescendências e africanidades no bojo das relações étnico raciais brasileiras e do racismo que tem historicamente mediado essas relações. O trabalho tem como ponto de partida a tese de doutorado da autora, defendida pela PUC Rio (Lima), sob a orientação da Professora Sonia Kramer.

INTRODUÇÃO

Assumir a relação dialógica como essencial na constituição dos seres humanos não significa imaginá-la sempre harmoniosa, consensual e desprovida de conflitos (Geraldí, 2003, p.42).

A problematização sobre as relações raciais tem se ampliado de forma progressiva na sociedade brasileira nessa última década. Essa problematização envolve tanto as práticas cotidianas dessas relações, os embates e ações políticas, como as construções conceituais a estas relacionadas.

Um desses embates teóricos encontra-se na pertinência de uso do conceito de raça ou etnia entre as diferentes descendências populacionais no país. Superado no campo científico a tese da raça biológica (Guimarães, 1999), o embate se dá entre os adeptos da sua transmutação em raça social (Guimarães, 1999) e os que defendem o uso do conceito etnia, seja esta articulada às correntes culturalistas ou ligada à perspectiva histórico-político-social, fundamentada na idéia de território como

¹ A autora é atualmente Prof^a Adjunta da Universidade Federal de Sergipe (Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho – Itabaiana – SE), Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Identidades e Alteridades: Diferenças e Desigualdades na Educação (GEPIADDE).

elemento agregador de significado político. Este último enfoque encontra-se fundamentado na idéia de afrodescendência como conjunto de referenciais sócio-históricos e culturais, que remetem às matrizes africanas (Gonçalves, 2000; Gonçalves e Silva, 2002; Lima, 2001; Ferreira, 2000).

Outro enfoque que aqui nos interessa por se constituir em um dos focos temáticos deste projeto é o das políticas públicas, que implica em buscar entender o lugar das relações étnico/raciais no contexto da história sócio-política do Brasil, mais especificadamente no que se refere à população negra/afro-brasileira e ao racismo a ela direcionada ao longo dos séculos da nossa história.

Contemporaneamente, menciona-se a existência de um **racismo institucional**, referindo-se às operações anônimas de discriminação em organizações, profissões, ou inclusive de sociedades inteiras. Esta expressão é oriunda dos ativistas negros Stockely Carmichael e Charles V. Hamilton², que afirmam que o racismo é onipresente e aberto ou subliminarmente, permeia toda a sociedade. De uma forma sucinta, envolve as seguintes questões: (a) destrói a motivação, fomentando a formação de jovens ocupacionalmente obsoletos, destinados à condição de subclasse; (b) é camuflado, pois suas causas específicas não são detectáveis, porém são visíveis seus efeitos e resultados; (c) a força deste tipo de racismo está em se manter as formas racistas que afeta as instituições por muito tempo após as pessoas racistas desaparecerem; (d) não obstante as críticas conceituais, o racismo institucional põe em relevância o papel das ações afirmativas, como forma de erradicar a discriminação racial; (e) este tipo de racismo é muito usual para a análise de como as instituições trabalham embasadas em fatores racistas, embora não o admitindo e nem mesmo o reconhecendo (Cashmore, 2000).

Enfim, ainda em nível de definição, existe a questão do racismo invertido ou do “racismo negro”. Recentemente, certas atitudes como expressões de hostilidade, discriminação ou até mesmo indiferença por parte de minorias étnicas, foram lidas como racismo invertido. Porém, a grande diferença é a de que o racismo branco é uma herança do imperialismo, enquanto a versão negra é simplesmente uma reação à experiência do racismo. Concordo com Cashmore (2000, p. 475) quando conclui que

A reação negra ao racismo branco assume várias formas; aceitar as categorias raciais e articulá-las de modo a imitar o racismo branco é apenas uma delas. Chamar isso de racismo invertido não parece servir às aspirações analíticas. O termo sugere erroneamente que o racismo, nos dias atuais, pode ser estudado por meio da avaliação de crenças, sem a cuidadosa consideração das experiências históricas amplamente diferentes dos grupos envolvidos.

² Este termo está presente na obra *Black Power: The Politics of Liberation in America*, destes autores.

Ou seja, a compreensão do racismo no contexto de concepção e prática ideológica o coloca como algo cujos mecanismos atingem a todos os grupos e pessoas, já que, como ideologia, apregoa a crença na superioridade de um sobre o outro e esta crença é reproduzida para todos os brancos(as) e negros(as).

No empírico, o racismo está presente numa prática política que resulta em discriminações concretas. Todos os racismos são construídos com base nas diferenças. Os racistas essencialistas ou universalistas afirmavam e entendiam que essas diferenças eram biológicas. Aqui, havia uma íntima relação entre a Biologia e a inteligência e qualidades psicológicas de um povo. No Brasil, a solução desses teóricos racistas era encontrar uma unidade, seja pela assimilação das culturas das chamadas minorias, seja a partir de uma cultura hegemônica dominante, ou através da miscigenação. Em outros países desencadeia-se um racismo diferencialista: os outros, os diferentes, deveriam viver segregados, apartados. Esta apartação ia do berço ao túmulo porque as diferenças são ameaçadoras. Neste tipo de racismo, não se aceita a assimilação cultural e, menos ainda, a mestiçagem.

Quanto ao racismo no Brasil, é interessante a sistematização feita por Teodoro (1996, p.96), que afirma que, neste tema há sempre autoria, ambigüidade, irresponsabilidade e oralidade: (a) autoria, porque envolve sempre raça, mestiçagem, grupo étnico, minorias étnicas, classe social e região/redutos/bolsões e tem presente uma ideologia racial de conotação científica, elaborada pelas elites econômicas, intelectuais, políticas, científicas, artísticas e militares; (b) ambigüidade, porque varia entre culturas, folclores, grupos culturais, cor da pele, fenótipos, *status* e função social: é um comportamento característico, resultado de atitudes, idéias e discursos paradoxais; comportamento este apoiado pela mídia, e praticado nos espaços públicos e privados, envolvendo um agressor e uma vítima; (c) irresponsabilidade, porque é negação dos direitos humanos, está na violência policial, na agressão física comum, na agressão verbal e na agressão visual, sendo traduzida em políticas institucionais e em comportamentos sociais de todos os grupos (inclusive a vítima) contra o grupo objeto da ideologia racista; (d) e, por sua vez, a oralidade põe em descrédito quem se diz vítima do racismo, garantindo a impunidade do agressor, tornando-se o pilar da reprodução do racismo brasileiro: quanto mais alto e quanto mais baixo se está na hierarquia social, com mais facilidade se usa a oralidade, cumprindo assim o objetivo racista de reprodução das desigualdades.

Imbricados nos conceitos de raça, etnia e racismo, encontra-se o preconceito racial, a discriminação racial e a segregação, que são maneiras de expressar o racismo e correspondem a diferentes graus de violência. Porém, o preconceito é a forma mais comum e freqüente porque envolve um sentimento ou uma idéia, onde se faz presente uma visão congelada, estereotipada de características individuais ou grupais que correspondem a valores negativos. A discriminação não necessariamente envolve marginalização. O problema é quando, por exemplo, no mercado de trabalho, os

processos de seleção, discriminam as pessoas negras de forma preconceituosa, sem fazer um discernimento através de provas e testes de habilidades e qualidades profissionais, ou quando na escola as crianças negras são inferiorizadas por profissionais e outras crianças, por ações, pelo silêncio e/ou distanciamento como apontam Gonçalves (1985), Trindade (1994) e Cavalleiro (2002).

A mestiçagem é outro conceito-realidade que faz parte das relações étnicas no Brasil. É apresentada como embranquecimento e constitui-se e tem sido historicamente usada como mais um dos mecanismos que vão contra a construção de uma identidade negra brasileira, ao mesmo tempo em que se constitui em mecanismo estratégico que ajuda, em nível individual, na ascensão de negros e mestiços na sociedade brasileira. Articulada entre o fim do século XIX e meados do século XX, a mestiçagem, como pensamento brasileiro, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural), objetivava a continuação de uma sociedade monoétnica e monocultural³. Em nível macro, temos na contemporaneidade uma discussão acerca do conceito com um outro viés – o de hibridismo ou hibridização. Discute-se até que ponto as identidades e as culturas mantêm seus elementos de origem, ou até que ponto esses elementos são identificados como pertencentes a tais grupos. Hall (2003, p. 342-6) ao discutir as identidade e mediações culturais da diáspora negra, atenta para o caráter de contraposição centrado numa essencialização desses elementos de base, que segundo o autor, descontextualiza, pois

des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir.

O que o autor traz se aproxima da contribuição de Sodré (1983) sobre repertórios afro-brasileiros constituídos nas suas singularidades a partir de dispositivos culturais e étnicos de origem africana, parte de ampla diversidade.

Desse modo, mais do que a essência de origem o que está em questão são as políticas culturais que se encontram no entorno das práticas vividas nesse campo de debate, as redes que estabelecem as negocia es, os jogos ideológicos que

³ S lvio Romero, Gilberto Freyre e Francisco José de Oliveira Viana são alguns dos representantes deste pensamento, no qual se encontram fundamentos teóricos   ideologia do branqueamento e ao mito da democracia racial – cronologicamente, coincidindo com as doutrinas do racismo. Por sua vez, a ideologia do branqueamento teve sua origem na teoria da superioridade da  tnia branca sobre as outras, que teve muita aceita o no Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esta teoria coloca os loiros do norte europeu como o ideal máximo: foi articulada por Friedrich Ratzel (1844-1904), Gobineau (1816-1922) e outros. No Brasil, um expressivo divulgador foi Oliveira Viana (1883-1951), segundo Pereira (2001).

inferiorizam alguns e supervalorizam outros a partir dos mais diversos dispositivos ou marcadores histórico-culturais. Não resta dúvida de que grande parte da população brasileira congrega em sua formação étnica de diversos marcadores ou dispositivos de origem africana; no entanto, o que se poderia problematizar nesse embate teórico-prático cotidiano é sobre quais elementos dessa vivência, politicamente, são utilizados como produtores de desigualdades concretas e como essas desigualdades se constituem. Só assim criam-se as possibilidades de desconstruí-las.

No Brasil a luta contra essa desigualdade envolveu muitos sujeitos ao longo dessa diáspora negra, seja de postura mais africanistas ou de posturas mais relativizadoras. Na pessoa do intelectual e militante Abdias do Nascimento, na década de 70, o movimento negro encontra um porta-voz para discordar da idéia de monoetnicidade e monoculturalismo centrados nas concepções de mestiçagem étnica e sincretismo cultural. A postura militante de Nascimento, assim como de boa parte da militância da época era propor a construção de uma democracia plurirracial e pluriétnica, na qual o denominado mulato pudesse se solidarizar com o negro, em vez de ver suas conquistas drenadas no grupo branco. Estas vozes discordantes afirmam que, embora tida como ponte étnica entre negro e branco, o que conduziria à salvação da raça branca, o mulato não goza de um *status* social diferente do negro (Munanga, 1999, p. 93).

Com o descrédito da perspectiva científica do conceito de raça, o eixo desloca-se para a vertente cultural. A centralização da questão no nível cultural faz surgir uma nova forma de racismo, a xenofobia. As reivindicações pelo respeito das diferenças culturais ou étnicas servem de pretexto para uma reelaboração do discurso racista, em especial, nos países ocidentais – Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica. A entrada de africanos e árabes nesses países não só aumenta a concorrência no mercado de trabalho como coloca a diferença que se constitui numa ameaça à integridade e identidade européias. Assim, o direito de não se misturar com os imigrantes, em nome do respeito à diferença cultural defendida pelos imigrantes, coloca essas novas formas de racismo diferencialista, que se fundamentam no mesmo discurso anti-racista da diversidade étnica e cultural no mesmo espaço geopolítico, defendido pelo multiculturalismo. Assim a tolerância toma um sentido excludente e separatista, colocando-se a necessidade de se pensar em saídas que ultrapassem tanto as limitações da vertente universalista como diferencialista.

No Brasil tem se fortalecido também, no contexto dos estudos étnico-raciais no país a perspectiva teórica do uso dos conceitos de **afrodescendência, etnia e identidade negra**, sem perder de vista o conceito de **raça** como categoria historicamente implicada com a afrodescendência da população brasileira e do racismo como instrumento de desigualdade nos diversos espaços dessa sociedade.

Esses conceitos encontram-se fundamentadas em trabalhos anteriores (Lima, 2000; 2001 2002), bem como em autores como Cunha Jr. (1987 1998); Banton (2000), Gonçalves e Silva (1994, 1999), sendo que os conceitos de afrodescendência e etnia se configuram como enfoque político-cultural, construído na relação histórica de uma ascendência africana diversa; ascendência essa marcada pela trajetória de luta e exploração no âmbito do escravismo e racismo e pelos referenciais processados nessa trajetória. (Cunha Jr., 1996, 1998; Sodré, 1983, 1999).

As etnias negras no contexto brasileiro são demarcadas pelas raízes históricas sócio-culturais e políticas que marcam a formação populacional brasileira no contexto do escravismo e pelas relações estabelecidas tanto nas suas ancestralidades distantes como nas vivências contemporâneas.

A grande contribuição dos autores que produzem na área das relações étnicas, partindo da categoria raça, tais como Guimarães (1999) tem sido fundamental na luta contra o racismo no campo do pensamento social brasileiro. Segundo este autor a raça “é um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais”; portanto, segundo este autor, existe como raça social e não biológica.

Entretanto, é pertinente entender também a perspectiva étnica pela compreensão de que a problemática estudada se dá no centro da cultura ampla, transcende a questão do combate ao racismo, procura uma inserção nas questões da base material e imaterial produzida pelas populações. Existe nesse campo de estudo uma demanda pela questão da base africana na cultura brasileira que passa pela vertente da história sócio-político dessa população e de sua relação com a ancestralidade africana. A referência de **raça social** se configura como parte da questão, pois seu enfoque tem o limite da avaliação do legado africano, ou seja, não basta o reconhecimento de que uma idéia de raça constituía o racismo, mas ter a visão de que a história da população negra é muito mais ampla do que este racismo. Para isso, se coloca a necessidade de se evidenciar as africanidades brasileiras, como produção intelectual e cultura brasileira material e imaterial de origem ou base africana.

Além disso, uma vez que a ciência demonstrou que a raça biológica foi uma manipulação ideológica, eurocêntrica, com finalidade de dominação, então raça biológica também foi socialmente construída, e a transição da categoria raça biológica para raça social não estabelece, por si só, suficiente autonomia dos conceitos, sendo preciso considerar também seus significados no contexto da produção científica e do imaginário social. Há necessidade de se pensar também outros enfoques, que distancie o risco de ser o conceito tomado como reclassificação bem mais elaborada das concepções eugenistas de raça, ou seja, do ponto de vista dos conceitos, tanto raça biológica como à raça social foram social e culturalmente construídas, apenas sob diferentes argumentos, sendo também necessário considerar que no cotidiano

das relações sociais e da luta pelas políticas de promoção de igualdade, pensemos sob múltiplas perspectivas, da raça social negra e do enfoque étnico para se ampliar as investidas em termos de políticas públicas para além do combate aos racismos, pensando na compreensão do campo das relações étnicas a partir da presença, da produção, dos sentidos positivos e não somente pelas ausências e negações produzidas por este racismo.

Assim, a articulação etnia/raça social torna-se sócio-historicamente mais situado e abrangente e condizente com a multiplicidade identitária que compõe a população afro-brasileira deste país.. Atende melhor aos propósitos devido ao maior distanciamento dos biologismos do passado, que ainda mantém seus resquícios no imaginário popular também se apresenta mais abrangente em acolher a diversidade de expressões das identidades negras e dos dispositivos de base africana que dinamicamente se expandiram no Brasil. Atende à colocação de Munanga (2001) de multiplicidade das etnias oriundas da África e sua complexa diversidade na existência atual brasileira, o que leva a postura teórica de tratarmos de etnias e identidades negras, considerando como eixo destas os dispositivos de base africana, presentes em suas constituições.

A partir dessa concepção de etnia e de afrodescendência, busca-se o entendimento de uma perspectiva pertinente para pensar a questão das identidades negras no Brasil, tomando como aporte teórico para o tema das identidades negras Hall (2003), Sodré (1983, 1999) e Munanga (1999), além de Banton (1998, 2000), Cashmore (2000), Guimarães (1999) e Ferreira (2000).

Para Sodré (1983,1999) as identidades negras são concebidas como construções múltiplas, complexas, social e historicamente (re)construídas com base nos dispositivos de matrizes africanas; tais dispositivos são processados nas relações sócio-culturais, políticas e históricas que se deram a partir do seqüestro dos nossos ancestrais africanos para o Brasil.

Assim, as identidades são imbricadas na semelhança a si próprio, e na identificação e diferenciação com o outro e se constituem em foco central nas relações sociais, sendo continuamente construídas a partir de repertórios culturais e históricos de matrizes africanas, e das relações que se configuram na vivência em sociedade, sendo que sua existência tem as marcas das relações processadas ao longo dos séculos de exploração do escravismo. Portanto, as identidades têm um caráter histórico e cultural, caráter este que demarca os conceitos de afrodescendência e etnia, imbricados na trajetória histórica dessa população em relação com outros grupos.

As formulações de Sodré (1999, p.34), explícitas na citação abaixo, completam a percepção de identidade tomada neste trabalho:

Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências naturais, psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente.

Sodré estabelece um contexto relacional simbólico que vai além dos preceitos do etnocentrismo de um modelo branco-europeu. Ao tempo que centra sua dinâmica de constituição identitária nas referências ancestrais ao referir-se à ação destes nas relações concretas, enfatiza a relevância do reconhecimento social na construção da identidade dos sujeitos.

Nesse sentido, considero a importância, não só da posituação do “eu” na constituição da auto-estima que motiva o desenvolvimento, mas da explicitação do “nós” a partir dos referenciais ancestrais afrodescendentes positivos nos diversos âmbitos onde essa participação tem sido ocultada.

A sociedade brasileira tem sido constituída numa cultura política da desigualdade, na qual a dominação e a violência têm atingido, principalmente, a população negra como mostra Paixão (2003) a partir de dados do IBGE, com diferencial racial quanto à saneamento básico, mortalidade infantil, educação, renda, perspectiva de vida, etc. Essa violência pode ser pensada a partir das evidências de negação, do não reconhecimento das singularidades das identidades dessa população, bem como do não reconhecimento da igualdade de direito à dignidade, ao respeito e expressão histórica e aos bens essenciais ao exercício dessa dignidade (Chagas, 1997, Lima, 2002).

Apesar disso, como aponta Munanga (1999), nessa relação histórica a população negra apresenta existência plural, complexa, que não permite a visão de uma cultura ou identidade unitária, monolítica. Isso ratifica a pertinência da opção pelo enfoque de afrodescendência articulada à concepção de etnia.

As perspectivas pós-abolição das elites brasileiras pensavam a construção de uma unidade nacional, na qual o negro não cabia e os imigrantes se enquadrariam nos valores nacionais (Munanga, 1999). Ações são empreendidas para garantir esse projeto, a instituição da ideologia do branqueamento, as estratégias de cerceamento das práticas culturais desses grupos étnicos, tais como a perseguição ao candomblé, à capoeira, os mecanismos de invisibilização e de imobilização da população negra brasileira. Assim:

...os movimentos étnicos, inclusive dos negros, devem sucumbir. A construção da identidade nacional apaga as especificidades das raças. (...) O mito da democracia racial servia para encobrir os conflitos interétnicos e fazia com que todos se sentissem nacionais (Amado, 1995, p.38, apud Mendes Pereira, 1999, p.17).

Temos cada vez mais um país miscigenado, de expressivo contingente populacional negro. No entanto, não se tem uma democracia social nem racial, visto que a mestiçagem não produziu igualdade de oportunidades entre as etnias constitutivas do ser brasileiro, sendo esse mito de democracia uma construção ideológica dentro dos interesses das elites hegemônicas, em detrimento da maioria negra, um dos entraves na superação das desigualdades.

Estando as identidades relacionadas, não só ao conhecimento, mas também ao reconhecimento social, caracterizam-se estas identidades como elementos políticos e históricos, constituídas a partir do passado de escravizados e nos dias atuais com os repertórios de base africana dessa população. Identidades cujas vivências foram e são mediados pelas condições sociais concretas que inseriu e mantêm a maioria dessa população entre os pobres, miseráveis, subempregados, desempregados, analfabetos e despossuídos em geral; quadro que indicia que no campo das relações étnicas no Brasil há uma política de não-representatividade da população negra, o que implica em identidades não-manifestas, em benefícios negados e em dignidade aviltada. Como argumenta Cunha Jr. (1998, p. 52):

As restrições sociais e de representação de que somos alvo dão um contorno de identidade ao grupo social (...) O racismo brasileiro utiliza o critério étnico para definir as possibilidades de representação dos afrodescendentes na sociedade. Cria as ideologias capazes de produzir as exclusões, as participações minoritárias. Produz o material de sua justificativa, legitimação e manutenção. Combina as formas ideológicas com as outras violências num processo de dominação, em que classe, etnia e gênero definem as possibilidades dos grupos sociais afrodescendentes nas estruturas de classes sociais.

Ainda na compreensão das identidades negras, faz-se necessário considerar, não somente a problemática da existência ou inexistência de uma ou várias identidades particulares, mas do significado político delas, como nos aponta Apiah (1997) ao falar sobre a historicidade, as afinidades culturais e a multiplicidade identitária cuja expressão brota da relação com o outro, no contexto das africanidades. Tratando-se de se discutir identidade nas suas múltiplas dimensões e configurações, apontando no campo discursivo algumas das posições que delimitam o alcance teórico em relação ao tema.

Castells (2001, p.22), ao falar que no seu entendimento identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados no qual prevalece sobre outras fontes de significados” aponta uma abordagem que congrega a maioria dos estudos sobre o assunto no plano acadêmico nacional e internacional. Para o autor, as identidades são ao mesmo tempo individuais e coletivas, sendo que o mesmo sujeito pode ter múltiplas identidades, além de tê-las constituídas de forma processual e contínua.

Ao discutir sobre as identidades negras parece pertinente o entendimento destas nas concepções trazidas por Castells, que vêm reiterar a concepção quanto à categoria em questão já fundamentada por Hall (1999, 2003), Sodré (1983, 1999), Munanga (1996, 1999) e Ferreira (2000), já que no Brasil as relações étnicas transitam na dinâmica processual da ideologia do branqueamento, do mito da democracia racial e da ambigüidade identitária. Nesse sentido, de identidades que se formam e se conformam em meio a relações de poder, Castells (2001) aponta três tipos de identidades, que são: as identidades legitimadoras, impostas pelas instituições hegemônicas na sociedade com o intuito de legitimar sua dominação; as identidades de resistência, gestadas no enfrentamento da dominação pelos atores sociais submetidos aos processos de dominação; e as identidades de projetos, que se constituem na luta coletiva no interior da cultura política.

Tomando o campo de pesquisa numa perspectiva do individual articulado ao social, e compreendendo o espaço social como contexto no qual as relações entre os sujeitos se dão nas tensões e sob o horizonte do olhar não-indiferente (Amorim, 2003), percebe-se a pertinência de situar a perspectiva da categoria tratada entre a segunda e a terceira vertente colocada pelo autor, ou seja, a perspectiva da identidade negra está situada entre a identidade de resistência e identidade de projeto.

Essa é uma perspectiva que se articula à postura de Hall.⁴ (1999, 2003). Esse autor traz à tona a perspectiva da complexidade de se pensar sobre as identidades no atual contexto mundial, apontando que cada vez mais essas identidades estão em permanente construção, sendo continuamente modificadas pelas transformações estruturais que têm ocorrido nas sociedades modernas no final do séc. XX e início do século XXI. O autor considera problemático pensar na categoria identidade em um caráter fechado, delineado em uma só dimensão isolada.

Apontando para o caráter sócio-histórico-cultural e político das identidades, Hall (2003) afirma que a sua construção está inscrita em relações de poder, de interações materiais e simbólicas e como tal não pode ser pensada fora do campo de tensão contínua e processual. Nesse sentido, sua postura parece se coadunar com as

4-Segundo o autor a primeira concepção, do sujeito do Iluminismo centra-se na individualidade da pessoa humana, numa relação do eu consigo próprio, enquanto a concepção sociológica baseia-se na interação do sujeito com a sociedade, numa relação mediada pela cultura do mundo vivido.

concepções de dialogismo e polifonia, trazidas por Bakhtin, pois pensar as práticas como espaço para compreensão de construção e expressão das identidades étnicas, requer pensar o lugar do(a) pesquisador(a) no campo de pesquisa, pois como no diz Amorim sobre o pensamento Bakhtiniano:

O pluralismo do pensamento Bakhtiniano, traduzido nos conceitos de dialogismo ou de polifonia, é lugar de conflito e tensão, e os lugares sociais de onde se produzem discursos e sentidos não necessariamente simétricos (Amorim, 2003, p.13).

Compreender a polifonia do campo, em relação às identidades expressas e silenciadas, ou explicitamente enunciadas ou não, significa considerar os diferentes lugares, historicamente constituídos para os diferentes sujeitos desse espaço, bem como nas possibilidades que estes constroem nas práticas e sentidos que compõem os espaços do cotidiano.

Na sociedade brasileira, parece que a desmistificação do discurso da democracia racial e da ideologia do branqueamento trouxe avanços políticos relevantes, que leva à melhor explicitação das identidades. Assim, as problematizações sobre identidade se articulam com a luta por políticas específicas de redução das desigualdades para a população negra, tais como os debates e intervenções no campo das políticas de ação afirmativa, a inclusão de temáticas relacionadas à história e cultura de base africana nos currículos escolares, entre outras iniciativas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMORIM, Marília. O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa, 2001.

APIAH, Kwame. Na Casa do Meu Pai: A África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BANTON, Michael. Racial Theories. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. (Org.) Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2002.

CHAGAS, Conceição Corrêa das. Negro: uma identidade em construção – possibilidades. Petrópolis: Vozes, 1997.

CUNHA JR., Henrique. Etnia Afrodescendente, Pluriculturalismo e Educação. Revista Pátio. Artes Médicas. Agosto/outubro 1998.

_____. A indecisão dos pais face à percepção da discriminação racial na escola pela criança. Cadernos de Pesquisa, nº 63. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, novembro de 1987.

FERREIRA, Ricardo Franklin. Afrodescendente - Identidade em Construção. São Paulo: EDUC/Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

GERALDI, João Wanderley. A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percurso Bakhtiniano de construção ética e estética. In: FREITAS, Maria Tereza, SOUZA, Solange Jobim e KRAMER, Sônia. Ciências Humanas e Pesquisa: Leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões de Nossa Época, V. 107).

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; **GONÇALVES E SILVA**, Petronilha B. O Jogo das diferenças: O Multiculturalismo e seus Contextos. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 1999.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e Educação no Brasil. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. O silêncio, um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de 1^a a 4^a série. Belo Horizonte: UFMG, 1985. Dissertação de Mestrado em Educação.

_____. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. Cadernos de Pesquisa, nº 63. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, novembro de 1987.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. Africanidades Brasileiras: em busca de uma proposta pedagógica de interesse dos afro-brasileiros. Porto Alegre-RS: 1994. Mimeo.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

_____. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG / Brasília: UNESCO, 2003.

LIMA, Maria Batista. Afrodescendência e Prática Pedagógica nos 500 anos de Brasil. Revista Hora de Estudo. Aracaju - SE: Secretaria Municipal de Aracaju, dez./2000. Edição Especial, p. 53-62.

_____. Mussuca - Laranjeiras, Lugar de Preto mais Preto: Cultura e Educação nos Territórios de Predominância Afrodescendente Sergipanos. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. (Dissertação de Mestrado em Educação).

_____. Diversidade cultural no currículo escolar do ensino fundamental. Rio de Janeiro, 2002.

LOPES, Helena Theodoro. Educação e Identidade. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. N. 63. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1987.

MENDES PEREIRA, Amauri. Cultura de Consciência Negra: Pensando a Construção da Identidade Nacional e da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. Dissertação de Mestrado em Educação.

MENESES, Ulpiano B. de. Identidade Cultural e Patrimônio Arqueológico. In: BOSI, Alfredo (Org.). Cultura Brasileira. São Paulo: Ática, 1992[1987], p. 182-190.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Superando o racismo na escola. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MUNANGA, Kabengele. (org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo, Edusp, 1996.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de Marca. As relações raciais em Itapetinga. São Paulo: Edusp, 1998.

PAIXÃO, Marcelo. Desenvolvimento Humano e as Desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato de final de século. Revista Proposta. Ano 29. Nº 86. Rio de Janeiro: FASE/ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, set/nov de 2000.

_____. Desenvolvimento humano e relações raciais. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

SODRÉ, Muniz. Claro e Escuros - identidade, Povo e Mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. A Verdade Seduzida. Por um conceito de Cultura no Brasil. RJ: Codecri, 1983.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. O Racismo no Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/IESAE, 1994. Dissertação de Mestrado.

_____, Azoilda L. da e **SANTOS**, Rafael. (Org.). Multiculturalismo - Mil e uma faces da Escola. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.